AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA REALIDADE CAMPONESA: O CASO DO ASSENTAMENTO TRANSVAL EM CANINDÉ – CE.

GERALDO SOARES DE OLIVEIRA FILHO; MARIA LÚCIA DE SOUSA MOREIRA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - CE - BRASIL

engenheirogeraldo@yahoo.com.br

PÔSTER

AGRICULTURA FAMILIAR

Políticas de Desenvolvimento Agrário na Realidade Camponesa: O Caso do Assentamento Transval em Canindé – Ce.

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar

RESUMO

O trabalho analisou duas políticas públicas do desenvolvimento agrário, o PRONAF e o serviço de assistência técnica a partir da realidade dos assentados do Transval em Canindé-Ce. Participaram desse estudo 29 assentados e 2 técnicos do MST. A escolha da pesquisa qualitativa como abordagem metodológica para o estudo ocorreu a partir de um estágio de vivência. Foram utilizadas a observação participante, entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos e resgate histórico da vida dos assentados. Os resultados indicaram que as regras, normas, limites de crédito, taxas de juros, dentre outros, são parâmetros distantes da realidade de agricultores assentados que desconhecem algum mecanismo contábil para gerir sua produção. A lógica dos agentes financeiros tende a desconsiderá-los como parcela especial de clientes para admissão no PRONAF. Os assentados acreditam que o PRONAF traz poucos benefícios para o assentamento, avançando na compreensão de propor um tipo de crédito, que apresente resultados dentro da realidade que trabalham. A assistência técnica no PRONAF caracterizou-se pela grande divergência entre a figura idealizada pelos assentados e a situação histórica e real do quadro de assistência técnica oferecido pelo programa. Mesmo assim, observou-se que os

assentados estão cientes da importância desta para o desenvolvimento dos trabalhos no assentamento.

Palavras-chave: Assentamento; PRONAF; Assistência Técnica; Camponês.

INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária, existem 5.595 assentamentos vistoriados pelo INCRA com um total de 524.868 famílias assentados o que corresponde a uma população de 2.549.605 pessoas em todo o território nacional (PNERA, 2004: 53). Sendo o Ceará constituído por 706.744 ha em áreas de assentamentos o equivalente a 19.207 famílias assentadas num total de 94.835 pessoas nesses assentamentos. Em particular, o município de Canindé, no mesmo estado, apresenta uma área de assentamentos do INCRA de 74.291 ha constituído por 1.628 famílias o equivalente a 8.038 pessoas.

Nesse contexto, é indiscutível evidenciar que os atuais programas governamentais de apoio à agricultura familiar e de assistência técnica constituem medidas governamentais importantes, pois suas ações buscam satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura, em especial à agricultura familiar, uma maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e para o mercado, especialmente de alimentos que compõem a cesta básica.

Por sua vez, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) constitui-se importante ação no processo de implementação de uma série de políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária.

Desde o surgimento desse programa, em 1995, tornou-se claro o impacto de dois grandes "vetores": de um lado, a pressão dos movimentos sociais, sobre o Estado, em favor de transformações estruturais e da democratização das políticas públicas; e, de outro, o reconhecimento do status científico por parte da intelectualidade brasileira.

Entretanto, consideram-se duas implicações, a primeira é que entre o discurso à defesa dos atributos desta forma social de produção e dos instrumentos mais adequados para potencializá-la há uma distância considerável (ANJOS et al., 2004). A segunda refere-se as ações políticas governamentais, que nos últimos anos, ainda não encontraram um ponto de convergência capaz de maximizar os resultados em assentamentos de reforma agrária.

Apesar disso, os contratos de financiamento para os assentados da reforma agrária, diminuíram entre 2002 e 2004, o que constitui indício preocupante quanto à efetividade dos assentamentos realizados, sobretudo nos três últimos anos. Em 2002 ficaram com 15% do total aplicado, baixando esta participação para 15,5% em 2003 e 8,9%, em 2004. E, sobretudo, o PRONAF vem enfrentando dificuldades para garantir que um segmento expressivo de agricultores camponeses atenda à segurança alimentar de seu grupo familiar e, ao mesmo tempo, promova sua integração ao mercado.

Da mesma forma, o serviço de assistência técnica entrelaça-se com o PRONAF formando uma rede de interdependência mútua. Para a obtenção de crédito por intermédio do PRONAF, a presença da assistência técnica torna-se necessária em dois momentos

cruciais do processo: na elaboração dos projetos técnicos a serem submetidos à avaliação dos agentes financeiros e, mais adiante, quando o projeto é aprovado e contratado, no acompanhamento dos mesmos, garantindo orientação e apoio aos agricultores assentados**.**

Nota-se que a necessidade de viabilização de políticas de desenvolvimento agrário para os povos do campo, dentro da lógica camponesa, é um processo dinâmico que exige, naturalmente, a desconstrução e a reconstrução de políticas mais rápido ainda e que, geralmente, não é cumprido. E, portanto, a adequação dessas medidas fortalecedoras da agricultura familiar à realidade dos assentamentos rurais de reforma agrária se constitui fator importante na reintegração desses camponeses ao campo.

Assim, esse trabalho tem o objetivo de auxiliar a compreensão da dinâmica dos povos do campo através do estudo das suas percepções sobre o PRONAF e o serviço de assistência técnica a partir da realidade do assentamento Transval em Canindé – Ce.

METODOLOGIA

Especificamente, a unidade de referência do estudo é o assentamento Transval[1], localizado a 13 Km do centro da cidade de Canindé, possui 77 famílias assentadas organizadas em 3 vilas: a Vila Canindé (26 famílias), a Agrovila (27 famílias) e a Vila Serrana (24 famílias). Em termos de estudo da população, o assentamento possui 150 crianças até 12 anos, 126 adolescentes e jovens entre 12 e 24 anos, 82 adultos de 25 a 40 anos, 106 adultos de 41 a 64 anos, 16 idosos a partir de 65 anos totalizando 163 mulheres e 193 homens. O assentamento estudado formou-se há nove anos (existe desde 1996) e está organizado em forma de terras coletivas e cada família, por direito, possui uma área individual tanto para a implantação do roçado quanto para a criação de animais.

Para a escolha do assentamento, consideraram-se os seguintes critérios: 1) Comunidade localizada em região de assentamentos de reforma agrária; 2) Assentamento localizado num raio máximo de 250 Km da universidade; 3) Assentamento indicado pelo movimento social responsável pela assistência técnica (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST); 4) Presença da assistência técnica no assentamento.

O estudo foi conduzido no período de fevereiro a junho de 2005, a pesquisa envolveu um trabalho de campo utilizando técnicas que a caracterizam como uma pesquisa qualitativa. O delineamento utilizado foi o estudo de caso. Pois, segundo TRIVIÑOS

[1] A área foi indicada para reforma agrária por ter sido caracterizada como improdutiva conforme consta em laudo de vistoria do INCRA de 1994 e somente em julho de 1996 as famílias se instalaram no local, se organizaram e começaram a produzir.

(1995) somente o estudo intensivo de um caso permite a descoberta de determinadas relações.

Foi realizado num primeiro momento um estudo participativo da realidade, a partir de vivência de campo com o objetivo de imersão no cotidiano do assentamento. Nesse primeiro tempo de campo (com duração de 15 dias), a principal atividade do sujeito-observador era a interação no contexto das famílias através da observação e entrevista aberta abrangendo as seguintes questões: 1) histórico do assentamento; 2) produção; 3) hábitos alimentares; 4) saúde; 5) moradia; 6) lazer; 7) crédito; 8) educação; 9) organização; e 10) infra-estrutura.

Através da observação participante, o observador participa em interação constante em todas as situações, espontâneas e formais, acompanhando as ações cotidianas e habituais, as circunstâncias e sentido dessas ações, e interrogando sobre as razões e significados dos seus atos (CHIZZOTTI, 1995).

Da primeira vivência (com duração de 15 dias), construiu-se, com a organização dos relatos colhidos e dos elementos observados, um relatório de vivência[2] em campo englobando fatos, de forma abrangente a partir do contexto histórico-social dos assentados.

No segundo tempo de campo (com duração de 10 dias) realizou-se uma imersão nos fatos que possuíam uma relação direta com o objeto de estudo, no caso as políticas de desenvolvimento agrário (PRONAF e Assistência Técnica).

Os dados primários utilizados na pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas e observações do contexto de vida dos assentados e suas famílias. Esses dados foram coletados mediante os seguintes instrumentos metodológicos: história de vida das pessoas; observação da realidade; visitas e conversas com as famílias; caminhadas exploratórias; fotografias; oficina pedagógica. O registro dos dados coletados foi efetuado com o uso da câmera digital, gravador e do caderno de campo. Os dados secundários foram coletados em pesquisa documental realizada no Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, sendo as principais fontes: laudo de vistoria; anteprojeto do assentamento; material cartográfico e laudo de assistência técnica. Como instrumento para análise estatística, utilizou-se o programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

Participaram desse estudo 29 assentados e 2 técnicos do MST compondo um total de 31 entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere ao PRONAF, as entrevistas realizadas revelam que todos os assentados consideram-se agricultores familiares (freqüência de 100%). No entanto, apesar do caráter, de um certo modo, abstrato da questão que lhes foi colocada, os assentados souberam justificar a denominação atribuída. Conforme tabela 1, 41,4% dos entrevistados consideram a agricultura familiar o trabalho camponês relacionando com a experiência agrícola do trabalho juntamente com os membros da família; 20,7% consideram a agricultura familiar um trabalho agrícola voltado para a produção de grãos; 13,8% afirmam ser um trabalho coletivo familiar no que concerne a organização interna do assentamento para unir as várias unidades de produção familiares existentes no processo de gestão dos

[2] Relatório de vivência é o documento construído a partir da vivência do estagiário em campo para o cumprimento das atividades referentes ao Programa Residência Agrária.

recursos; e, 10,3% considera ser, a agricultura familiar, um trabalho do coletivo no assentamento baseado no regimento interno construído pela comunidade no ano de fundação do assentamento.

Tabela 1 – Denominação atribuída ao termo agricultura familiar, Número relativo e Percentual de entrevistados, assentamento Transval, Canindé-Ce, 2005.

Denominação Atribuída	Entrevistados	Percentual
Trabalho camponês	12	41,4
Trabalho coletivo familiar	4	13,8
Trabalho agrícola	6	20,7
Trabalho do coletivo	3	10,3
Não respondeu	4	13,8
Total	29	100,0

Fonte: Dados Primários, Fortaleza- Ce.

A maneira como os dados sobre os recursos do PRONAF A foram apresentados pelos assentados (beneficiários) chama a atenção pela própria forma de definir o Programa conforme a tabela 2. Cerca de 44, 8% dos entrevistados não sabem definir o que seria o programa.

Tabela 2 – Definição atribuída ao Pronaf, Número relativo e Percentual de entrevistados, assentamento Transval, Canindé-Ce, 2005.

Definição do Pronaf	Entrevistados	Percentual
Tem certeza	11	37,9
Tem idéia	5	17,2
Não sabe	13	44,8
Total	29	100,0

Fonte: Dados Primários, Fortaleza- Ce.

De acordo com as entrevistas, pode-se inferir que o PRONAF mantém-se desconhecido pelos assentados em termos de entendimentos e de propostas para a comunidade. Ao serem questionados sobre o conhecimento á respeito da assinatura dos projetos referentes ao Programa, 55,2% dos assentados não sabem ao certo o significado e conseqüência disso. Apenas 37,9% dos entrevistados estão cientes das propostas ali contidas.

Além disso, 72,4% dos entrevistados não acreditam que os créditos referentes ao PRONAF foram suficientes para atender as necessidades das famílias e 10,3% caracterizaram-no como um programa de caráter assistencialista.

Quando questionados sobre a inserção do programa como fator de mudança de vida no assentamento obteve-se 69% de confirmação deste fato sendo que desse total, o mesmo

percentual de entrevistados informou que essa mudança piorou as condições de vida no assentamento pelo grau de endividamento adquirido pelas famílias.

Em relação ao início do endividamento dos assentados com o PRONAF, conforme tabela 3, 65,5% afirmam que a fase produtiva (recebimento de animais e infra-estrutura) do programa foi a responsável pelo fato e 13,8% relatam que o sistema bancário foi o que propiciou o endividamento. Em relação ao valor das dívidas, 86,2% dos assentados não tem noção desse valor.

Tabela 3 – Início das dividas, Número relativo e Percentual de entrevistados, assentamento Transval, Canindé-Ce, 2005.

Início das dívidas	Entrevistados	Percentual
Fase produtiva	19	65,5
Sistema bancário	4	13,8
Não respondeu	6	20,7
Total	29	100,0

Fonte: Dados Primários, Fortaleza- Ce.

Com relação ao esclarecimento dos objetivos do PRONAF, 82,8% afirmam que a manutenção da família pelo programa é fator preponderante não descartando a possibilidade de comercialização do excedente.

Quanto às expectativas com relação ao PRONAF, conforme tabela 4, verifica-se que os assentados esperam: uma maior orientação durante as fases dos projetos (27,6%); uma melhoria em relação ao tipo de financiamento aumentando as alternativas de investimento para as famílias (27,6%); um direcionamento de recursos para se investir mais na propriedade (17,2%); e, apenas 10,3% esperam por um programa com caráter mais assistencialista com recursos direcionados, principalmente, para o espaço familiar doméstico.

Tabela 4 – Expectativas levantadas com relação ao Pronaf, Número relativo e Percentual de entrevistados, assentamento Transval, Canindé-Ce, 2005.

Expectativas	Entrevistados	Percentual
Recursos direcionados a investimentos na propriedade	5	17,2
Maior orientação	8	27,6
Caráter assistencialista	3	10,3
Melhoria em relação ao tipo de financiamento	8	27,6
Caráter de conformismo com a situação	3	10,3
Não respondeu	2	6,9
Total	29	100,0

Fonte: Dados Primários, Fortaleza- Ce.

Quanto ao serviço de assistência técnica prestada no assentamento acreditam que essa atuação deveria vir acompanhada de uma maior orientação técnica e troca de saberes (41,4%) e, uma maior interação entre técnico e famílias assentadas (34,5%).

Com relação às atividades da assistência técnica no assentamento, 69 % dos entrevistados não percebem as vantagens que a mesma traz para as famílias quando não conseguem identificar pontos positivos desta prestação de serviço. Isso se reflete pela freqüência do técnico no assentamento, pois 69% dos assentados afirmam não haver periodicidade nas visitas técnicas e 86,2% consideram ser um insuficiente o tempo presencial dos técnicos no período das visitas.

Como falhas da prestação de serviços pela equipe técnica, são enumerados os seguintes pontos: pouco envolvimento dos técnicos com a comunidade (27,59%); falta de um acompanhamento sistemático no assentamento(17,24%); o papel burocrático realizado pelos técnicos (17,24%); a qualidade de informação trazida para os assentados(17,24%) e a falta de uma capacitação técnica dos assentados(17,24%).

Todos esses dados podem ser confrontados com certas proposições relativas a agricultura familiar. Segundo WANDERLEY (1998), esta corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, em oposição aos demais "pequenos produtores", incapazes de assimilar estas modificações. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação deste segmento.

Com base nos resultados obtidos, constatou-se que de certa forma, chama particularmente a atenção, a atribuição do termo agricultor familiar ao modo de vida das famílias assentadas e negativamente ao conceito tipológico referido ao PRONAF. Esse conceito assume que a agricultura familiar, no Brasil, segundo SOUZA (2002), um segmento estratégico para o desenvolvimento sustentável pela contribuição significativa para a manutenção e recuperação de postos de ocupação produtiva no meio rural e para os outros setores da economia; geração e redistribuição de renda para os envolvidos na cadeia produtiva e, por conseqüência, para os cofres públicos; preocupação com o meio ambiente, através da produção ecológica equilibrada; envolvimento de todos da família, nas diversas etapas da produção, beneficiamento e comercialização; garantia da soberania alimentar do Brasil, dentre outros.

No entanto, a partir da visão dos assentados constatou-se que o agricultor familiar é o homem do campo pronto para constituir um local familiar baseado no sistema tradicional de produção camponês, denominado de "policultura-pecuária" e muitas vezes entendido como um trabalho agrícola ou mesmo confundido. Essa ótica dos assentados incentiva os espaços de produção familiar construídos campo transformando-os em espaços coletivos de produção do assentamento. Esse fato prioriza, de certa forma, a garantia da segurança alimentar do grupo familiar comprometendo a comercialização da produção para outros fins.

A idéia central do Programa Nacional de Agricultura Familiar se baseia no agricultor familiar como um ator social da agricultura moderna no contexto do Novo Mundo Rural. No entanto, a maneira como os dados sobre os recursos do PRONAF foram apresentados pelos assentados (beneficiários) chama a atenção pela própria forma de definir o Programa intitulado PRONAF.

Outro elemento importante citado nas narrativas corresponde a diferença conceitual entre a definição operacional adotada pelo PRONAF, que está em baseada na capacidade de atendimento de seus beneficiários, e o conceito construído pelos sujeitos no decorrer de sua história de vida.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se inferir que o Programa Nacional de Agricultura familiar mantém-se desconhecido pelos assentados em termos de entendimentos e de propostas para a comunidade. A falta de informações dos agricultores sobre a existência e as demandas do Programa, que são excessivas, é um outro fator determinante das dificuldades de acesso ao crédito. As regras, normas, condições de enquadramento, limites de crédito, taxas de juros etc. são parâmetros distantes da realidade de agricultores que raramente têm algum mecanismo contábil para gerir sua produção.

Dessa forma, WANDERLEY (2004) discute a atualidade do princípio do rendimento indivisível. Ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados – recursos que têm destinos diferentes para a compra de máquinas e insumos e para o pagamento de juros bancários. Em contrapartida, o agricultor familiar se incorpora ao processo de acumulação através de sua atividade produtiva, internamente, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível.

A partir dos relatos, outro aspecto é que não há um ajuste das políticas públicas à realidade dos assentados objetivado pelo programa uma vez que as demandas da linha de crédito bem como a infra estrutura viabilizada pelo programa, necessária à melhoria do desempenho dos assentados não apresentam resultados significativos em termos de lucro para as famílias, causando insatisfação com o modelo do programa inserido no assentamento por representar alto risco para investimento a partir de sua realidade.

Estimulados a solicitar um financiamento ao PRONAF, os assentados ficaram impossibilitados de ressarcir suas dívidas, em razão da frustração da safra de seus principais produtos durante anos consecutivos. No entanto, apesar das dificuldades de convivência com o semi-árido, se dispusessem de recursos extras, não hesitariam em destiná-los prioritariamente a melhorar as condições de vida de sua família, que tanto pesa sobre eles, não só materialmente, como do ponto de vista do seu sustento familiar.

Além disso, o PRONAF que poderia ser utilizado como um facilitador para a integração dos assentados no mercado, não apresenta vantagens para as famílias uma vez que a partir da realidade do assentamento relatam como etapa principal a ser cumprida pelo programa o sustento de suas famílias.

Com relação ao processo que transcorreu na execução do programa no assentamento, os relatos norteiam nas dificuldades e nos problemas encontrados à respeito da realidade dos projetos caracterizando uma modificação de situação de vida dos assentados.

Além disso, através dos relatos, como decorrência desse processo desencadeado, muitos assentados deixaram de aplicar o crédito na produção ou aplicaram parcialmente. Portanto, o processo resgatou como uma contradição, a desvalorização de assentados que produziram e tentaram pagar o credito através da penalização em um sistema denominado "avalista".

Para a maioria dos assentados entrevistados, os agentes financeiros operam com uma lógica que tende a desconsiderá-los como uma parcela especial de clientes, inscritos em um programa social cujo objetivo é dar crédito e assistência técnica para que eles, os

assentados, possam ser inseridos em uma realidade, que poucos conhecem no assentamento, de um mundo mercantilizado do qual a lógica bancária faz parte.

Os bancos, de um modo geral, fazem vistas grossas às condições e especificidades dos agricultores e não se interessam em obter informações mais precisas ou mesmo construir relações mais próximas e cooperativas com os assentados.

O fato de o agente bancário não apresentar, em suas planilhas de acompanhamento, informações que possam ser disponibilizadas ao beneficiário com relação à dívida individual e possíveis desembolsos não torna os assentados um público específico dentro da unidade bancária.

Observou-se nas narrativas que a dificuldade de acesso ao banco bem como suas experiências com o a capilaridade do sistema bancário têm enfrentado inúmeras dificuldades na dinâmica do processo. Como os bancos não vão aos agricultores, são eles próprios que têm que arrumar maneiras para chegar até os bancos.

No aspecto do crédito de custeio requer-se também algumas considerações devido às condições de dificuldades econômicas existentes no assentamento. O crédito de custeio foi utilizado parcialmente para a manutenção das famílias e surgiu em épocas não propícias ao plantio. Se por um lado o rebate de 50% do crédito de custeio, auxiliou em muito a manutenção das famílias assentadas, por outro não estimulou a aplicação na produção. Não compreendendo-se o crédito como um financiamento, uma antecipação de recursos que serão alocados para a produção.

Quanto a expectativa que os assentados possuem com relação ao PRONAF, é indiscutível que a forma de organização da comunidade para a execução dos projetos, o atendimento da demanda do assentamento, a sincronização do tempo de execução do projeto com o tempo agricultável no semi-arido e a forma de negociação com o agente bancário são fatores primordiais para a adequação dos créditos a realidade dos assentados do Transval/Pau de Leite.

Em resumo, os assentados acreditam que o PRONAF (Investimento e custeio) trouxe poucos benefícios para o assentamento, avançando na compreensão de propor um tipo de crédito adequado aa sua realidade, que apresente resultados dentro da realidade em que trabalham.

Na realidade, sem recursos financeiros, os assentados do Transval/Pau de Leite relatam que estão longe de poder praticar o que efetivamente gostariam: a diversificação das atividades - inclusive a implantação de hortas familiares.

Consideram viável a implantação de um sistema de aguação, que poderiam internalizar as atividades de alta exigência hídrica para uma boa produção. A existência de um investimento melhor planejado de animais como o gado bovino, para expansão da atividade no assentamento.

Na relação entre o crédito do PRONAF e o acesso à assistência técnica pelos assentados, destaca-se a importância da assistência técnica e da extensão rural na superação de adversidades.

Para a obtenção de crédito por intermédio do PRONAF, a presença da assistência técnica na elaboração dos projetos técnicos, para a avaliação dos agentes financeiros, e no acompanhamento dos mesmos, é de grande importância para garantir a orientação e o apoio aos agricultores assentados.

No entanto, a visão dos assentados baseia-se na construção do modo de atuar do técnico. Uma atuação baseada na troca de saberes entre assentados e técnicos apoiada na orientação mais efetiva e periódica com informações úteis para a comunidade.

No entanto, a distância entre a figura apresentada pelos assentados diverge da situação real do técnico no quadro de assistência em outros assentamentos. Os problemas atribuídos à prestação de assistência técnica no assentamento foram incorporados em determinados momentos, pelos próprios técnicos, no quadro quantitativo de técnicos dos núcleos atuantes na microrregião.

A assistência técnica é indispensável no PRONAF, mas as dificuldades encontradas como o grande número de famílias a serem assessoradas diminui a freqüência da equipe técnica no assentamento. Esse fato afeta diretamente no tempo presencial do técnico no assentamento que contribui para a construção de uma atividade técnica prioritariamente teórica. O técnico participa de reuniões da assembléia, mas acompanha pouco ou pontualmente o trabalho de campo de forma mais sistemática.

COSTA (2002) explícita que o hábito de considerar a reunião como espaço privilegiado de construção de saberes, ou, quem sabe, mesmo ela seja um lugar de repasse de informações, faz parte da cultura dos técnicos. Para os assentados, a reunião é uma das atividades, mas não a principal de haver o confronto e a sistematização dos saberes.

Supõe-se que, os técnicos acreditam que o seu papel é visar uma melhoria na organização dos assentamentos através da prestação de assistência, mas esbarram na proposta atual do PRONAF em relação ao quadro de técnicos em assentamentos de Reforma Agrária que compromete a qualidade de seus trabalhos e que na maioria das vezes é desconhecida pelos assentados.

No entanto, a relação inserida na realidade do assentamento entre assentados e técnicos opera numa lógica entre assistidos e qualidade do serviço dos prestadores.

De um modo geral, o serviço de assistência técnica disponibilizado historicamente no assentamento tem se revelado deficiente de acordo com os assentados e esbarram em problemas tais como a adequação do projeto aos interesses e valores culturais dos beneficiários bem como a freqüência dos técnicos em atividades consideradas essenciais para os assentados.

Contudo, os assentados revelam um modelo de técnico idealizado para o acompanhamento dos trabalhos no assentamento que ultrapassa a agricultura do "Novo Mundo Rural", um modelo sensibilizado com a construção do espaço rural para os povos do campo.

CONCLUSÃO

Embora as políticas de desenvolvimento agrário tenham por finalidade proporcionar aos assentados uma produção familiar também voltada para a comercialização, esses objetivos não estão sendo alcançados.

Há uma divergência entre a visão do Estado que investe na Agricultura Familiar, como forma de contribuir para a exportação e a segurança alimentar do País, e a realidade vivida pelos assentados.

As políticas implementadas nos projetos de assentamento e os esforços históricos dos técnicos têm sido onerosos para os cofres públicos e obtido pouco retorno. Como exemplo, pode-se citar o assentamento estudado, no qual, após 9 anos de existência, os assentados apresentam-se endividados e inadimplentes sem qualquer informação à respeito do valor de suas dívidas bem como não apresentam condições de produzir a partir de sua mão-de-obra familiar para a comercialização de acordo com a proposta do PRONAF. Pode-se afirmar que esse objetivo não foi alcançado pela falta de compreensão sobre o funcionamento do programa, o esclarecimento fornecido pelo sistema bancário e a qualidade do serviço prestado pela assistência técnica.

Outro aspecto a ser considerado é a forma de crédito ofertada que não apresenta-se adequada à realidade das famílias assentadas. O crédito pode ser um forte instrumento de direcionamento dos assentados, para atingirem objetivos de desenvolvimento. No entanto, uma política de crédito para assentados, deveria comtemplar em atividades comuns inseridas na sua realidade e intrísecas à sua experiência de vida. Sincronizar o ciclo das culturas plantadas no assentamento com a época ideal de plantio. Respeitar as demandas do assentamento além de conter uma parte do custeio determinada à manutenção da família do assentado. Essa parte de custeio poderia está vinculada a baixos custos de implementação revisadas por autoridades competentes, agregação de valor no decorrer dos anos, e reformulação quantitativa e qualitativa do quadro técnico para aumentar a eficiência das prestadoras.

Sugere-se um número menor de áreas de assentamentos para cada técnico como forma de melhorar o acompanhamento e de construir um compromisso com o assentamento. Compreendendo-se que esse profissional deva está inserido na realidade dos assentados criando uma maior compreensão e uma maior sensibilidade para o campo que sobressaiam da lógica da técnica pela técnica.

REFERÊNCIAS

COSTA, N. N. **"Reforma Agrária" no Ceará: Acertos e (Des) Acertos na relação entre os saberes de assentados e técnicos: O caso Santa Bárbara**. Dissertação. UFC. Fortaleza. 2002. 133 p.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1995, 2° ed., Biblioteca de Educação, Série 1, Escola; v.16.

FERREIRA, B. **Desenvolvimento Rural: Reforma Agrária, Pronaf e Paa**. DISET/IPEA. 2005. 19 p.

MDA/FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO/INCRA, 1996. 84p.

PNERA. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária**. 2004. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Clonização e Reforma Agrária (INCRA). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília, DF, 120 p.

SOUZA, A.C.;SALLES-FILHO, S. **Agricultura familiar e investimento em desenvolvimento tecnológico** . Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. (1998), **"Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro"**, in TEDESCO, João Carlos (org), Agricultura familiar: realidade e perspectivas, Passo Fundo, UPF.

WANDERLEY, M. N. B. (2004), **"Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade**". CPDA / UFRRJ. 19 p.